

Colonização, memória e experiências em Saudades

Venida Royger

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo estudar as experiências vividas pelos colonos¹ que iniciaram o processo de colonização no município de Saudades, em 1931, bem como verificar as contribuições deixadas pelos mesmos na construção da história saudadense. Pretendemos dessa forma, contribuir na discussão da ocupação das terras no oeste catarinense por migrantes do grupo étnico alemão oriundos do Rio Grande do Sul, procurando evidenciar como se expressa a experiência de colonização entre os primeiros migrantes em Saudades, através da memória.

Inicialmente gostaríamos tecer algumas considerações acerca da história, da memória e, especialmente da história oral, por tratar-se de um estudo que utilizou-se principalmente de relatos orais para chegar às suas conclusões.

¹ “Como expressão de uma identidade, o termo colono foi atribuído aos imigrantes pelas leis e regulamentos que nortearam a política de colonização desde sua implementação no século XIX. Acabou se transformando numa identidade assumida pelos indivíduos que classificavam, igualmente associado à imigração européia.[...] O termo camponês foi substituído por colono, e este é o que expressa a identidade social do pequeno proprietário rural policultor, de modo análogo, a colônia é sinônimo de rural (no sentido amplo) e de pequena propriedade rural (em sentido restrito). As dimensões econômicas, remete duplamente ao passado histórico; elas estão presentes tanto no significado oficial do termo colono, como na sua forma de apropriação por parte dos imigrantes e seus descendentes”. (Seyferth, 1993; 46/7, apud Renk, 1995: 150).

Para Benjamin (1995:14) “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”. A história é construída a partir das experiências de vida de sujeitos sociais diferenciados que se encontram em espaços e tempos diferentes, cujo tempo é carregado de significados individuais. Assim, os sujeitos históricos selecionam os elementos do passado que merecem ser lembrados e os que devem ser esquecidos. A história que pretendemos recuperar, não é uma história pronta, acabada, sem questionamentos. É uma história construída por sujeitos com visões de mundo e sociedade diversas. É uma história feita por pessoas de sentimentos, de desejos, de desilusões de contradições, enfim, de luta. Nesta concepção de história, concordamos com Thompson ao afirmar que:

“O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação etc.). Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objeto de investigação, podemos definir essa soma como um processo histórico, isto é, práticas ordenadas e estruturadas de maneiras racionais”. (Thompson, 1981: 50-51)

Portanto, a história não pode ser percebida como o estudo de um passado distante, mas é um passado que está presente. Um passado que está vivo em cada fala, em cada expressão, em cada sentimento, em cada história narrada pelos sujeitos, pois o passado é ressuscitado segundo os nossos interesses, e o tempo (passado e presente) é socialmente construído e, portanto, carregado de lutas e contradições.

Para Von Simon (1988: 19), *“Tudo quanto se narra oralmente é história, seja a história de alguém, seja a história real, seja ela mítica”*.

Portanto, a história não pode ser percebida como o estudo de um passado distante, mas é um passado que está presente. Um passado que está vivo em cada fala, em cada expressão, em cada sentimento, em cada história narrada pelos sujeitos, pois o passado é ressuscitado segundo os nossos interesses, e o tempo (passado e presente) é socialmente construído e, portanto, carregado de lutas e contradições.

Portanto trabalhamos com a história oral por compreendermos que ela possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores, o que permite construir a história a partir das falas de pessoas que vivenciaram e participaram de um determinado período e lugar social, uma vez que não se objetiva fazer uma história única e verdadeira, mas histórias de sujeitos diferentes.

“A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança: Isso depende do espírito com seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação: Pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história - seja em livros, museus, rádio ou cinema - pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história em lugar fundamental, mediante suas próprias palavras” (Thompson, 1992: 22).

A importância da história oral vem sendo analisada há muito tempo por diversos autores como Thompson (1992: 55) que argumenta ser necessário “considerar que, de início toda a história era oral”. E por Von Simson (1988: 19) que explica que “através dos séculos o relato oral constituía sempre a maior fonte humana de conservação e difusão do saber, o que equívale a dizer, fora a maior fonte de dados para as ciências em geral”.

Trabalhar com a história oral, significa ao nosso ver, dar voz a sujeitos “esquecidos” pela historiografia oficial e concordamos com Olga Brites Silva que diz acreditar

“na importância da documentação oral enquanto compromisso político de recuperar experiências, silenciadas por uma memória dominante, podendo expressar-se de múltiplas formas, orientando ações que possam ser valorizadas no presente. Benjamim lembra que a narração é importante porque orientou formas de vida, e ao se perder historicamente, ocultaram-se experiências”.

Ocultar experiências significa reverenciar uma determinada memória em detrimento da outra. É importante também, em relação à memória compreender porque os sujeitos rememoram determinadas experiências no presente, como lembram, porque lembram e porque “esquecem” outras.

Dessa forma busca-se romper com a memória instituída pelos grupos sociais dominantes, excluindo outros grupos e determinando quais lugares de memória devem ser reverenciados. Entendido assim, é necessário lembrar que a memória não é neutra. Ela reflete um campo de lutas dos diversos grupos sociais e o que se deseja é que se dê o direito à memória para todos os grupos sociais.

A escolha de escrever sobre o município de Saudades, deve-se ao fato de estar residindo neste município há sete anos e a facilidade de acesso a pessoas que pudessem relatar sobre o processo de colonização deste local. Por este motivo pareceu-nos oportuno trabalhar com as **experiências de vida** dessas pessoas - a categoria experiências de vida, é discutida por Thompson - resgatando os primeiros tempos de colonização do município.

A construção da pesquisa que deu origem a este artigo ocorreu da seguinte forma: inicialmente fez-se um levantamento bibliográfico sobre o assunto a nível regional, onde diversas leituras foram feitas. Em seguida, fez-se um levantamento das fontes documentais disponíveis sobre a colonização no município de Saudades e por fim a realização das entrevistas. Cabe, porém, salientar que esse processo não foi linear. O que ocorreu foi um constante ir e vir dessas fontes. Ora havia a necessidade de voltar à bibliografia, ora necessitava-se buscar nas fontes orais as explicações para os questionamentos. Ao todo foram realizadas catorze entrevistas, cujos entrevistados, foram migrantes e filhos deles, de ambos os sexos, no entanto prevaleceu o depoimento de mulheres pelo fato de haver poucos homens ainda vivos. É importante destacar que a convivência com o grupo pesquisado, auxiliou para a coleta dos dados.

Assim, foram construídos os dados por meio das entrevistas, das histórias de vida, da observação participante e das fontes documentais disponíveis. Alguns entrevistados foram ouvidos de modo mais informal, registrando-se anotações em caderno de campo. Com outros, foram mantidos contatos prévios, cujos conteúdos foram registrados em caderno de campo, e posteriormente, agendada entrevista formal. Em alguns casos, fez-se necessário retornar ao entrevistado para sanar dúvidas que haviam ficado.

Não houve dificuldades em estimular os entrevistados relatarem suas experiências, nem mesmo a presença do gravador os intimidou, pois consideravam esse momento, uma oportunidade de expressar suas decepções, suas esperanças e por sentirem-se orgulhosos em ser valorizados por aquilo que fizeram e deixaram pela comunidade Saudadense.

De forma habitual, depois da entrevista registrada no gravador, transcrita a fita, de praxe, era entregue uma cópia da mesma ao entrevistado para que fossem conferidos dados, nomes e datas. Corrigidas as cópias, foram-lhes dadas como documento histórico de suas vidas.

Não pretendemos, com este trabalho fazer uma história de vencedores, mesmo porque esses **colonos** não podem assim ser considerados. Eram e são pessoas simples, despossuídas, excluídas pelo sistema capitalista vigente. Seus avós foram excluídos de sua pátria-mãe (Alemanha) por vigorar um sistema que não dava oportunidades aos ou pequenos proprietários, de sobrevivência. Vieram para o Brasil, mais especificamente, no Rio Grande do Sul, onde se estabeleceram e procriaram e, na medida que os filhos cresciam, casavam e precisavam de terras para trabalhar, elas eram insuficientes e desgastadas, obrigando-os a buscarem outras saídas. Restava-lhes migrar em busca da sobrevivência. Saíram do Rio Grande do Sul para tentar a sorte em outro lugar e o lugar “escolhido” foi o oeste catarinense. Nesse novo local procuraram realizar o sonho da terra própria. Alguns conseguiram, outros, ficaram apenas no sonho.

1. Saudades: Uma Colônia nova

O município de Saudades situa-se na zona Fisiográfica do oeste catarinense e limita-se com os municípios de São Carlos, Modelo, Pinhalzinho, Nova Erechim e Cunha Porã. Suas terras pertenciam, inicialmente à Chapecó. Com a emancipação de São Carlos, passou a pertencer àquele município até 1961, quando desmembrou-se tornando-se município. Era uma gleba da Companhia Territorial Sul Brasil, cujo loteamento das terras teve início no ano de 1930.

É um município predominantemente rural, com 68% da população vivendo no campo (censo demográfico de 1991). Constituído de pequenas propriedades, em sua maioria, são terras acidentadas, dificultando o trabalho e a produtividade na área rural. Predomina o grupo étnico germânico, com cerca de 85% do total e os demais dividem-se em italianos, rusos e brasileiros. (Fonte: Centro de Memória Victorino A. Lenhardt).

Sabe-se, no entanto, que essas terras eram habitadas, inicialmente por indígenas e depois por caboclos. Os caboclos que residiam nesta área por volta de 1930, foram “solicitados” pela Companhia que se retirassem para que pudesse ser feita a demarcação dos lotes. Receberam como recompensa, a promessa de que poderiam escolher uma área de terra, em lugar que eles desejassem a qual lhes seria doada pela Companhia. Por meio de diversos depoimentos, sabe-se, que as terras ficaram apenas na promessa e os caboclos migravam de uma área para outra até chegarem às margens do Rio Chapecó, na comunidade de Jacutinga, interior do município onde, um deles, senhor José Gonçalves, atualmente com 80 anos de idade ainda hoje reside, além de muitos descendentes dos demais que não vivem mais. Vivem lá em precárias condições vendendo sua força de trabalho como diaristas nas lavouras de proprietários de terra em comunidades vizinhas.

1.1. Os motivos da migração

Para compreender a vinda dos migrantes gaúchos para Santa Catarina, faz-se necessário levantar algumas considerações acerca das experiências de vida desses **colonos** no Rio Grande do Sul. A colonização alemã no Rio Grande do Sul iniciou oficialmente em 1824, mas intensificou-se a partir de 1850.

“Expandindo-se inicialmente ao longo dos rios que também serviam de escoadouro da produção, como o Rio dos Sinos, o Rio Caí, o Rio Taquari, o Rio Prado e o Rio Jacuí, num segundo período, a partir de 1890, expandiu-se serra acima. Em 1920, a colonização já estava ocupando as áreas de mato ao longo do Rio Uruguai”. (Kreutz, 1991: 55)

No Rio Grande do Sul, organizaram sua vida familiar, comunitária, religiosa, conforme experiências vividas por suas famílias resgatando experiências vividas pelos avós, bisavós... na Europa (Alemanha). Conforme os relatos, praticamente todos gostavam da vida na “**velha colônia**”, principalmente por existir uma vida comunitária já bem desenvolvida. No entanto, suas permanências lá, significaria empobrecer cada vez mais, pois eram inúmeras as dificuldades que começaram a enfrentar devido a uma séria de fatores: a escassez de terras, o esgotamento do solo, a presença da formiga saúva e outros.

Por volta de 1920, devido a grande proliferação das famílias, iniciou-se o rareamento das terras para aquisição no Rio Grande do Sul. “*Nesta mesma década manifestou-se um fenômeno inimaginável aos **colonos** algumas dezenas de anos antes: as terras de mato começaram a rarear no Estado. A partir de então seguiram-se as expansões para o oeste catarinense, para o Paraguai e Argentina, Mato Grosso, etc*”. (Kreutz, 1991: 55).

Assim, à medida que as terras no Rio Grande do Sul escasseavam para herdar, esses **colonos** obrigaram-se a migrar para outras regiões para garantir sua sobrevivência. As famílias constituídas, geralmente por grande número de filhos (8 a 10), e proprietários de uma pequena área de terra não tinham mais condições de se manter no pequeno lote a medida que os filhos cresciam e casavam, pois dividi-lo tornava-se inviável economicamente.

“Por ser pequena propriedade, ela favorecia a aquisição de terras permitindo um maior número de imigrantes povoasse o solo. A dificuldade, no entanto, ocorre no momento de assegurar a reprodução da geração seguinte na mesma condição de pequeno proprietário. O fracionamento do solo, em certa medida, teve de ser evitado, sob pena de inviabilizá-lo economicamente” (Renk, 1995: 95).

Além de ser pequena propriedade, não havia, segundo relatos, a preocupação com a conservação do solo. O esgotamento do solo pode ser citado como uma das principais razões da emigração, uma vez que poucos tinham conhecimento do valor do adubo orgânico e mesmo os que usavam, não possuíam em quantidade suficiente.

“Lá as terras tavam gastas. Não tinha mais como adubar. Tinha só o adubo orgânico que não era suficiente”. (Julita Kerkoff)

“Viemos morar aqui por motivo que as terras eram muito fracas lá e tinham muita saúva”. (Theobaldo Roos)

A presença da formiga saúva nas lavouras, constituía-se, em outro problema para a permanência dessas famílias no Rio Grande do Sul, pois estas afetavam a produção destruindo as plantações, e por outro lado, o envenenamento das lavouras tornava-se inviável devido os altos custos e os problemas de saúde que o veneno estava trazendo.

“Porque tinha muita formiga saúva e eu não podia mais trabalhar com veneno. Então notamos: morrer de fome ou se mudar para outro lugar”.
(Arnoldo Kreling)

Apesar do esgotamento do solo, a escassez e a presença da formiga saúva, as terras do Rio Grande do Sul, tinham um preço muito elevado em relação às “novas terras” do oeste catarinense. Dessa forma, a busca de melhores condições de sobrevivência e a preocupação com o futuro dos filhos, levou o excedente populacional gaúcho a migrar para áreas “despovoadas” do oeste catarinense.

“Nós saímos de lá porque a terra já era muito cara. Também não se conseguia comprar lá. E as pessoas falavam que lá no Rio Grande do Sul logo não se conseguia produzir mais nada. Isso era uma terra tão vermelha, tinha sofrido tanto com a erosão, era uma valeta perto da outra. E daí tinha as formigas que comiam toda a plantação. Daí diziam que em poucos anos Selbach ia virar tudo campo. A terra do meu pai já era a metade tudo pata-de-boi”. (Olga Kuhn)

A fala de Dona Olga, retrata que o principal meio de sobrevivência da família era a terra, e para tanto os colonos consideravam fundamental possuir uma propriedade. Conforme afirma Kreutz “*O ideal do imigrante era ser dono de um pequeno pedaço de terra e dela tirar o sustento da família*”. (Kreutz, 1991: 50). Porém, a partir do momento que essa terra passou a ser improdutiva, insuficiente para garantir a sobrevivência dos familiares, fazia-se necessário a mudança e a busca de melhores condições de trabalho e de vida em outro lugar. No relatos, a justificativa de suas vindas ao oeste catarinense.

“Para ser proprietário de um pedaço de terra e garantir um futuro melhor, na esperança de algum dia poder ajudar os filhos. Porque no Rio Grande não tinha muita terra para venda e nós queria ter o nosso pedaço de terra e garantir um futuro”.

(Lucila Weber)

Percebe-se um consenso, a preocupação dos pais em garantir um futuro aos filhos e para tanto, colocavam em primeiro plano a aquisição de terras, mesmo porque, segundo eles, na época não havia condições para os filhos estudarem e ingressarem em outras atividades. A impossibilidade de oferecer estudos deve-se à falta de colégios e universidades próximos das comunidades onde residiam e à falta de recursos para que os pais incentivassem seus filhos estudarem nos centros maiores. Aliado a esses fatores, a terra era um bem de muito valor e o ideal era que cada família a possuísse para dela tirar a sua sobrevivência.

“Porque emprego não existia naquela época. Não tinha de o pessoal ir prá cidade trabalhar, achar emprego. Era só na terra que a gente procurava sobreviver, por isso se valorizava tanto a terra”. (Julita Kerkoff)

1.2. E veio a companhia territorial sul Brasil oferecer terras...

A Companhia Territorial Sul Brasil, proprietária de uma imensa área de terra, dentre elas, as de Saudades, fez o loteamento e passou a oferecê-las para os pequenos proprietários gaúchos. Divulgavam as terras por meio da propaganda utilizando jornais e revistas como a *Volksblatt* e *Paulusblatt*, jornais oficiais de evangélicos e católicos, respectivamente. Mas o meio mais eficaz de divulgação foram os agentes vendedores de terras denominados propagandistas, que pelo convencimento pessoal revendiam as terras da Companhia. Esses, “eram motivados pelos 10% sobre o valor da venda que a Companhia lhes repassava”. (Werlang, 1992: 59) e a maioria dos migrantes de Saudades soube das terras por meio dos propagandistas.

“Nós ficamos sabendo das terras de Saudades porque meu tio oferecia terra para aqui”. (Brunilda Muller)

“... O Klauck estava por trás disso, ele queria vir para cá. Ele era encarregado de vender as terras de Saudades”. (Olga Kuhn)

A fala de Dona Brunilda e de Dona Olga possibilita-nos pensar que a maioria dos migrantes tinha algum tio, parente ou conhecido que era vendedor de terras e foram influenciados por eles para virem morar aqui. Estes sujeitos, em busca de terras, fixaram-se em diferentes espaços do oeste catarinense onde a terra estava loteada.

O município de Saudades, por sua vez, absorveu imigrantes de diversos municípios riograndenses como, Selbach, Estrela, Santa Cruz, Sobradinho, Santo Cristo, Lageado e outros. Havia, no entanto, uma exigência por parte da Companhia Territorial Sul Brasil que, para adquirir terras em Saudades deveria ser de origem alemã e pertencer à religião católica. Essa seria, segundo Werlang (1992: 62) uma “estratégia da Companhia, promover a colonização por origem étnica e credo religioso”.

Assim, para cada grupo étnico e credo religioso, havia um “espaço” bem definido onde pudesse adquirir terras. No entanto, nem sempre essas determinações eram aceitas em sua totalidade. Reportamo-nos a um caso específico dessa “resistência” ocorrido em nosso município. Segundo relatos, uma pessoa de origem alemã, porém da religião evangélica teria se estabelecido aqui e por essa razão teria sofrido muita perseguição e a não aceitação, por parte dos alemães católicos, de sua crença e costumes.

No entanto, o que permitiu a sua permanência em Saudades, foi o fato de exercer a função de dentista – necessária para o local, pois era o único. Mesmo assim, segundo consta, ele teria enfrentado sérios problemas por não ser aceito pela comunidade. Sofreu interferência do padre quando casou-se com uma moça da religião católica, pois este não poderia aceitar que uma pessoa católica contraísse matrimônio com alguém de outro credo religioso. Politicamente, também sofria perseguições por ter afinidades com um partido que não era da maioria.

Assim sendo, transgredir as determinações estabelecidas poderia se constituir em sérios problemas pessoais.

Portanto, atendendo às exigências da Companhia, chegaram em Saudades os primeiros **colonos** do Rio Grande do Sul no ano de 1931. Eram os seguintes: José Wilibaldo Kuhn e sua esposa Olga Kuhn, João Roos e família, Fritz Karling e esposa, Arthur Heidt e família, Wilibaldo Eichler e esposa, Carlos Karling, Wilibaldo Eichler, João Scheerer e Belarmino Nogueira, iniciando assim o processo de colonização do município por este grupo étnico e religioso.

Este primeiro momento tratou da contextualização do município de Saudades abordando sobre a população existente nesta região antes da vinda da Companhia que fez a demarcação dos lotes e a posterior vinda dos **colonos** gaúchos. Tratou também, dos motivos da emigração dos mesmos de suas áreas no Rio Grande do Sul para estabelecerem-se em Saudades. Finalmente, abordou sobre a Companhia Territorial Sul Brasil, proprietária das terras saudadenses, oferecendo lotes para serem adquiridos por **colonos** do grupo étnico alemão e credo religioso católico, concretizando dessa forma o início da colonização do município de Saudades.

As histórias vividas pelos primeiros migrantes do grupo étnico alemão no município de Saudades se constitui de conflitos e contradições, de esperanças e desilusões, de particularismos e de coletivismo. Percebemos como as memórias são seletivas, pois em seus relatos, os migrantes narravam mais detalhadamente aspectos de suas experiências que consideravam mais relevantes, fato ocorrido principalmente quando relatavam os sofrimentos que passaram para se fixarem aqui, o que lhes confere uma certa importância no município por terem alcançado em parte seus objetivos e quando suas histórias são ouvidas atualmente.

Em detrimento, outros aspectos da vida comunitária ou particular merecem “lembranças” mais breves, por exemplo, aspectos políticos, sociais e outros.

Entretanto, tal seletividade não desconsidera suas histórias, não as percebe como menos verdadeiras por acreditarmos que a história se constrói com diferentes sujeitos que acionam diferentes aspectos da memória para falarem de suas vidas. Thompson (1992: 197), afirma que: “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta...”.

Esse, ao nosso entender, é o artifício do historiador, buscar nas memórias “esquecidas” as histórias outrora silenciadas.



2. Colonização: Experiência e Memória

“A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes tem novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas estão presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença”. (Thompson, 1981: 17)

É através das velhas e novas experiências que se vai construindo a história dos primeiros **colonos** aqui em Saudades. As esperanças e as decepções estão sempre presentes em seus cotidianos. Contam os primeiros **colonos** e filhos deles, que os primeiros anos na nova terra não foram nada fáceis. Para chegar até as suas terras enfrentaram grandes empecilhos devido a falta de estradas. Na verdade, eram apenas picos, possíveis para o tráfego apenas de carroças, cavalos ou a pé. Por esse motivo demoraram vários dias para chegarem até seu destino. Nos relatos, percebemos as queixas:

“Nós saímos em segunda de madrugada lá de Rio Pardo e chegamos sexta de noite aqui em Saudades”. (José Avelino Mayer)

“A mudança saiu de lá em 15 de agosto e chegou aqui no dia 19 apenas. Viemos de caminhão até uma certa altura onde permitiu, que não tinha estrada, tinha só picos abertos, mas um buraco mais fundo que outro”. (Julita Kerkoff)

“Nós saímos de lá e viemos de caminhão até o rio aqui (Rio Saudades), daí tava tudo acabado, não tinha mais estrada, nada”. (Olga Kuhn).

Segundo estes relatos, percebe-se que a falta de estradas constituía-se um dos maiores problemas para quem estava chegando. Além disso, a dificuldade de acesso às cidades e dos serviços básicos: médico, escola, religião, etc., foram determinantes pelo abandono de muitos **colonos** das terras que haviam adquirido.

“Tinha muita gente que comprava a terra, mas abandonava ela de novo, daí tava muito difícil. A Companhia não trabalhava mais na estrada, as pessoas não conseguiam mais sair daqui. A estrada tava tão fechada que não se conseguia mais passar... Daí muitas pessoas compravam terra, pagaram uma parte, mas deixaram ela jogada. Eles trabalharam um tempo e voltaram. Eu sei que pagaram 600 Réis de entrada, e em 18 meses tinha que pagar o resto. Mas muitos perderam a entrada que tinham pago”. (Olga Kuhn)

Percebemos que a desilusão tomara conta das pessoas. Aquele sonho de futuro melhor, parecia apenas sonho, pois a realidade lhes mostrava, logo a primeira vista, que nada era conforme imaginavam. Assim, como muitos abandonaram novamente suas terras, outros também teriam abandonado se as condições financeiras lhes tivesse permitido, mas a falta de recursos obrigou-os a permanecerem e iniciar novas experiências de vida, experiências, segundo eles, muito árduas. Pelos depoimentos observamos que havia momentos de desespero diante da situação que se encontravam.

“Porque as pessoas ficaram morando um tempo aqui, daí não tinha nada, não tinha estrada, ninguém se preocupava com isso, daí diziam: o que vai dar com nós? Nós vamos ficar todos selvagens de novo, e daí tinha muitas pessoas que voltaram para o Rio Grande do Sul. Meu irmão estava um dia aqui, ele disse: - Não, não, aqui ninguém pode mais entrar nem sair”. (Olga Kuhn).

Havia uma preocupação, um medo de que, se não houvesse melhoria de acesso às terras da nova colônia para permitir a entrada de mais moradores do mesmo grupo étnico e religioso, poderia ocorrer um “acaboclamento” dos migrantes. “(...) Abandonados no meio da floresta os imigrantes corriam o grave risco de acaboclamento” (Boni e Costa, 1982: 110, apud Renk, 1995: 64). Neste local, onde havia falta de tudo: sem comércio, sem escola, sem organizações comunitárias e, principalmente religiosas, esses colonos corriam o risco de “perder sua identidade cultural”, o que na linguagem deles significaria tornar-se “selvagens”. Para reverter essa situação, deveria ocorrer uma grande melhora nas estradas e a posterior instalação da religião, fator responsável pela “civilização” da colônia.

Passados alguns anos, conforme relata Dona Olga:

“De repente a coisa começou a melhorar. Quando as pessoas começaram a entrar de novo, aí eles, a Companhia, começaram a arrumar um pouco as estradas”.

Assim, à medida que os migrantes vieram se estabelecer em Saudades, as dificuldades foram sendo superadas. Ocorreu, no entanto, que os próprios colonos começaram a assumir a questão da abertura e conservação das estradas, iniciando-se a organização comunitária do grupo migrante o que constituiu-se também numa experiência para a busca de soluções quanto a escola dos filhos, da religião, etc. Até 1961, data da emancipação do município, as estradas eram arrumadas pelos moradores das comunidades e esse trabalho comunitário passou a constituir-se numa exigência da prefeitura do município-mãe, inicialmente Chapecó, e a partir de 1953, de São Carlos.

Conforme depoimento do Senhor Nicolau Riffel, “cada um tinha que trabalhar conforme a quantidade de terras que tinha. Todo mundo tinha que ajudar. Era ordem da prefeitura”.

Assim sendo, cada morador era convocado a prestar serviço para a abertura e conservação das estradas pelo menos uma vez ao ano, um, dois, três dias, conforme a quantidade de terras que possuía. Para isso utilizavam-se de ferramentas e animais próprios, reunido-se em mutirões para efetuar os serviços atendendo as necessidades do grupo e garantindo o acesso para outras comunidades ou até mesmo à cidade. No dizer de Thompson (1997, I: 48) poder-se-ia classificar a abertura das estradas como a primeira “*experiência comunitária*” do grupo migrante na superação de suas dificuldades.



2.1. As experiências no trabalho

“A vida dos seres consiste de parte de experiências que estariam relacionadas umas às outras. Qualquer experiência particular estará, obrigatoriamente, encadeada em outras experiências”. (DILTHEY, 1976: 211, apud Renk, 1992: 6)

A base econômica dos migrantes constituiu-se na pequena propriedade, pois a pequena propriedade policultora, na qual o trabalho agrícola é realizado pelos membros da família, constitui-se a peça fundamental, tanto no período pioneiro da colonização como hoje. Por ser a agricultura a base da economia para a sobrevivência dos migrantes, a produção agrícola merece algumas considerações. Por tratar-se de terras férteis, colher bons produtos, parecia não ser problema. Theobaldo Roos fala que, para plantar era necessário “simplesmente derrubar o mato, depois lavrava e plantava. Não tinha que precisava de adubo, nem inseticida, nada, a terra era boa”. De fato, conforme os relatos, a terra era boa e tudo o que se plantava produzia.

No entanto, a produção nos primeiros anos consistia mais em gêneros alimentícios como batata, mandioca, arroz, feijão, milho e para comercializar, o único produto que tinha saída era o fumo. Este tinha que ser levado para São Carlos (uma distância de 30 km de péssimas estradas) pelos próprios colonos de carroça. Conforme o Senhor João Kerkoff “a gente colhia as coisas, tinha com que viver, mas não conseguia vender nada”.

Os **colonos** não podiam se conformar com tal situação. Acostumados a trabalhar, produzir em busca do “*desenvolvimento*” não conseguiam admitir que durante vários anos tiveram que esperar seus produtos apodrecerem e jogar fora. As experiências de organização no trabalho eram trazidas do Rio Grande do Sul para a **nova colônia**.

“A organização do trabalho girava em torno da concepção de que o colono deveria ser auto-suficiente e produzir alguns gêneros em quantidade maior para destiná-los ao mercado. E o trabalho, também e especificamente o físico, era concebido como um valor cultural e educacional e foi sendo consagrado como a característica, como contribuição específica do imigrante”. (Kreutz, 1991: 59)

O trabalho, portanto, configura-se como valor, como parte da cultura do povo. Cultura essa que as crianças aprendem muito cedo, sendo ensinadas desde pequenas a valorizar e trabalhar na lavoura para que compreendam o trabalho como herança cultural do grupo étnico alemão.

2.2. As experiências educacionais

Aprender a ensinar fazem parte da existência humana, histórica e social, como dela fazem parte a criação, a invenção, a linguagem, o amor, o ódio, o espanto, o medo, o desejo, a atração pelo risco, a fé, a dúvida, a curiosidade, a arte, a magia, a ciência, a tecnologia”. (Freire, 1993:19)

Segundo Kreutz (1991: 59), em estudo realizado sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul verificou que: “Para as primeiras levas de imigrantes (...) a questão escolar era fundamental, inclusive para sua sobrevivência religiosa. A leitura e a interpretação da Palavra de Deus eram o centro da prática religiosa e pressupunha a escolarização”.

Tal como no Rio Grande do Sul, na colonização do oeste catarinense, a necessidade da escola para os filhos dos migrantes também se fazia presente. Conforme aponta Werlang (1992:66), os migrantes de origem alemã tinham “uma maior preocupação com a alfabetização dos filhos”. Em 1933, em Saudades, já havia moradores que tinha filhos para freqüentar a escola, e como “aprender e ensinar fazem parte da existência humana”, no dia 01 de abril deste ano os alunos desta comunidade, num total de onze, foram pela primeira vez na escola. A professora foi a Senhora Ida Backes, que não era habilitada no magistério, mas fora solicitada pelos pais a dar aulas para seus filhos.

Segundo Theobaldo Roos, um dos primeiros alunos, ela fora escolhida porque

“não havia professora formada e ela tinha assim, era uma pessoa que tinha uma boa aula quando era pequena. Então ela sabia ler, escrever, fazer conta, matemática, tudo e caprichava. Era boa professora”.

Esta pessoa recebia um valor irrisório pelas aulas, pago pelo próprios pais pois, a função de professora era considerada como um “*favor a comunidade*” atendendo o pedido dos pais para que seus filhos não ficassem sem escola.

Por se tratar do início da colonização, havia a falta de um prédio escolar, por isso as aulas eram ministradas inicialmente, na casa do senhor João Roos, pai de um dos alunos. Passados alguns meses de aula, a professora daria a luz a um filho então, com o consentimento dos pais, os alunos iam até a casa da professora receber as lições.

“Depois, um tempo fomos até a casa do Backes. A Professora tava grávida, não podia caminhar longe, então fomos na casa dela. Era uma mesa na cozinha, ali nós sentava e ela ensinava e cuidava das panelas do lado”. (Theobaldo Roos).

Assim que a professora retornou ao trabalho, as aulas foram transferidas para um pequeno rancho coberto e fechado com tábuas lascadas, que a Companhia Territorial Sul Brasil havia construído para abrigar os vendedores de terra e receber os compradores que vinham do Rio Grande do Sul. Esse rancho fora cedido pela Companhia para que servisse de escola.

“Depois então, tinha um rancho que a Companhia fez, tipo galpão. Então os pais foram, cortaram umas tábuas, fecharam tudo, botaram umas janelas, assoalho, um teto, forro e ali funcionava a escola”. Theobaldo Roos).

Feita a “*reforma*”, as aulas passaram a ser ministradas nesse rancho até 1937. Neste ano, como todos os moradores pertenciam a religião católica, erigiram uma pequena capela dedicada à Sagrada Família de Nazaré. A partir daí, a escola foi transferida para a capela até 1947, quando os pais construíram o primeiro prédio escolar da comunidade.



Fatores como: origem étnica do grupo migrante e a falta de professores habilitados na língua portuguesa, nos primeiros anos de escolaridade na comunidade, as aulas eram ministradas na língua alemã.

“Os professores ensinavam naquele tempo tudo em alemão. Matemática, linguagem, tudo em alemão”. (Theobaldo Roos).

“O Ensino naquela época só se ensinava alemão. Não tinha professores que sabiam a língua portuguesa ou outra língua qualquer”. (João Kerkoff).

Segundo os depoentes, o ensino na língua alemã perdurou até 1945, embora o ensino em língua estrangeira já tivesse sido proibido no país em 1937. “Italianos, alemães, poloneses e japoneses mantiveram escolas particulares com ensino primário ministrado nas respectivas línguas maternas, até 1937, quando o governo federal e os governos estaduais promoveram a nacionalização do ensino” (Seyferth, 1990: 53).

“Depois também começou o brasileiro, o português. Quando no tempo da guerra foi proibido o alemão, então sumiram os livros em alemão. Porque o Brasil tava na guerra contra o Hitler, então é lógico que no país todo mundo colabora”. (Theobaldo Roos).

Outro aspecto importante da educação é o ensino da religião nas escolas. O professor, além de ensinar a ler, escrever e contar, era responsável pela preparação religiosa dos alunos. Conforme Theobaldo Roos, “o catecismo se aprendia na aula, Bíblia e tudo. A gente cantava muito e rezava bastante. Cantar e rezar, isso não faltou na escola”. E ainda, conforme relato de um professor aposentado, senhor Osvaldo Niederle, afirma que:

“na nossa época religião era obrigatório na escola. Nós tínhamos aula de religião todos os dias (...) e ainda no sábado tinha uma hora cívica, ensaiava cantos de igreja. Então geralmente, durante uma hora levamos as crianças na igreja e todo mundo cantava os cantos da igreja (...) no nosso tempo ninguém começava uma aula sem fazer uma oração antes e na saída”.

Outra entrevistada afirma que “todos os dias antes de iniciar as aulas, os alunos eram obrigados a participar das orações que professor fazia e ainda depois na aula, tinha que estudar religião” (Elisa Mai). O ensino da religião nas escolas, segundo Kreutz (1991) no estudo que realizou sobre a imigração no Rio Grande do Sul, fazia parte do Projeto de Restauração Católica Regional, tendo os padres jesuítas como principais artífices do mesmo.

“E aí a presença dos Jesuítas foi fundamental, pois, segundo inspiração dos mesmos, dever-se-ia integrar a vida social, cultural e econômica num projeto de restauração católica, colocando tudo sob a primazia do espiritual. Além de paróquias a funcionar de modo mais eficiente, deveriam surgir também sindicatos, organizações patronais, hospitais, cooperativas, jornais, caixas rurais, comissões colonizadoras, partido político católico e, principalmente, professores paroquiais e escolas”. (Rabuske, 1974. p. 31s, apud Kreutz, 1991: 64).

A escola seria um importante instrumento para a difusão do Projeto Católico. Para tanto, exigia-se do professor não só o ensino da religião na escola como também sua efetiva participação em todos os setores da comunidade.

Se de um lado, ensinava-se a religião por meio de orações e cantos, de outro, o autoritarismo, a rigidez do professor se fazia presente em seus atos pedagógicos. Segundo o senhor Orlando Wagner, a escola “era muita vara e muito castigo para as crianças e pouco ensino”. Ainda conforme Theobaldo Roos, “os alunos tinham que decorar o que o professor dava, se não sabia, ia pro castigo: ajoelhar em cima de grãos de milho ou varinha na mão”.

Houve unanimidade entre os entrevistados em mencionar a rigidez com que os professores tratavam seus alunos e, segundo eles, os pais não posicionavam-se contra essas atitudes pois, consideravam a rigidez uma necessidade para a boa educação dos filhos. A escola constituía-se, portanto, por uma prática pedagógica tradicional e autoritária, cuja função era fazer os alunos ler, escrever, contar e era um importante instrumento para a propagação da religião.

2.3. As experiências religiosas

“A experiência (descobrimos) foi em última instância, gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o “ser social” determinou a “consciência social”. La Structure ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer “agora” “manipula” a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação”. (Thompson, 1981: 189)

As experiências vivenciadas por estes atores não se restringem somente ao trabalho como bem aborda Thompson, elas são experimentadas como valor, como sentimento, como fé. Assim como o trabalho, um grande espírito de fé acompanhou os primeiros colonizadores. Fé, oração e muita confiança em Deus eram suas características. As raízes dessa religiosidade remontam seus antecedentes europeus.

“Os imigrantes alemães e italianos já provinham do meio agrário europeu, com uma cosmovisão sacral (...) Constata-se, na colonização sulina, a importância assumida pela religião como fator de identificação cultural dentro de uma nova situação de vida. Provindos de regiões e de camadas rurais pobres, os imigrantes conservavam e reconstruíam muito de seu mundo pátrio em redor de paróquias e escolas étnicas” (Kreutz, 1991: 64).

Através dos estudos de Kreutz (1991) sobre a imigração no Rio Grande do Sul, sabe-se que naquele estado os padres jesuítas empenharam-se muita para a divulgação e fortalecimento da religião católica, sobretudo na áreas de colonização alemã e italiana. “Por meio da imprensa, organizações e associações religiosas e culturais e através da escola, obtiveram uma reafirmação da prática religiosa e sacramental” (Kreutz, 1991:65). Para atingirem seus objetivos na expansão da fé católica penetravam no seio familiar.

“Envolviam a todos os membros das famílias com diversos tipos de categorias de associações religiosas e laicas, de encontros e de reuniões, de modo tal que em cada família houvesse continuamente, pela alternância dos membros, um apelo à vivência à prática religiosa” (Idem).

Devido as dificuldades de acesso e o grande número de comunidades que o padre atendia e, comparando ao que estavam acostumados nas comunidades do Rio Grande do Sul, a quantidade de missas realizadas em Saudades era insuficiente para as necessidades do grupo, pois consideravam fundamental a realização de atividades religiosas semanais e não somente a cada dois meses conforme ocorria.

“O padre vinha para cá a cada dois meses. Ele fazia missa, primeiro na casa de João Roos e depois em nossa casa... Em Natal e Páscoa nós tinha que ir na missa em São Carlos”. (Olga Kuhn)

Em datas tidas como mais importantes - Natal e Páscoa - deslocavam-se até São Carlos, pois, segundo Dona Olga nessas datas não se poderia faltar à missa. Para isso iam a cavalo ou de charrete percorrendo a distância de 30 quilômetros para chegar até a igreja mais próxima do local. Ainda referente às poucas missas realizadas em Saudades, vejamos o depoimento de Senhor João Kerkoff:

“Bom, isso os primeiros tempos nem tinha cada mês não tinha missa. O padre vinha de São Carlos, até que passava todas as comunidades, ele demorava. Mas daí quando tinha missa todo mundo ia. Ali o pessoal não se importava se era uma hora, duas, não queriam nem saber. Muitas vezes ia duas horas”. (João Kerkoff)

A primeira missa na comunidade de Saudades realizou-se no dia 23 de outubro de 1931 na residência do Senhor João Roos, cujo celebrante foi o Padre Henrique Buse. Por não existir igreja, nos primeiros anos de colonização, as missas eram realizadas nas casas dos próprios fiéis. Assim sendo, a construção da primeira capela em Saudades ocorreu em 1937, porém somente a partir de 1953, com a fundação da Paróquia Sagrada Família, o padre, segundo depoentes, passou a vir normalmente uma vez por mês atender o povo, vindo sempre de burro, acompanhado por um ajudante. Muitas vezes rezava missa às 4:00 horas da madrugada e depois seguia viagem, pois atendia ainda as atuais paróquias de Palma Sola, Campo Erê, Maravilha, Romelândia, Anchieta, Modelo, Cunha Porã e Pinhalzinho, na época, pertencentes à Paróquia de Saudades.



As congregações religiosas, evangélicas e católicas não mediram esforços em manter os migrantes fiéis a sua cultura e religião originais. Em qualquer lugar onde se estabelecessem deveria acompanhar-lhes o espírito de fé e religiosidade. “(...) Da mesma forma, quem negasse a língua e índole alemã também estaria perdido para a religião” (Renk, 1995: 67). Assim sendo, expandir a religiosidade entre os fiéis, tornava-se uma necessidade para a “manutenção da língua alemã e da endogamia étnico-confessional” (Idem). No Rio Grande do Sul (local de origem da maioria dos migrantes do oeste catarinense), a reconstrução da cultura religiosa pode ser entendida na citação seguinte:

“Criou-se um clima de cristandade, onde a participação de vida religiosa maciça dos fiéis nas cerimônias de vida religiosa, a freqüência aos sacramentos e a internalização de um código de ética católica faziam recordar os períodos áureos da igreja medieval. Num clima como este os valores religiosos e sua expressão normativa tendem a tornar-se valores sociais, ou melhor, estes se legitimam através dos valores e normas sagradas. E para a consolidação e manutenção destas estruturas montou-se todo um esquema que ia desde a capela e paróquia até as escolas religiosas, o jornal católico, as missões populares, as aulas de catecismo e a severa vigilância exercida pelo confessorário”. (Boni, 1980: 242, apud, Kreutz, 1991:65)

Os objetivos das congregações religiosas surtiram efeito, pois percebeu-se enorme valorização da religião na vida dos migrantes. A forma de transmitir a fé religiosa pelos padres era no sentido de não permitir o questionamento. A “obediência” a Deus e a crença num “ser superior” que teria sido o responsável pela criação da humanidade, eram suas características fundamentais.

“Os padres ensinavam mais assim: o povo simplesmente, pessoa aqui e Deus no céu e todos tem que trabalhar prá poder chegar lá... Tinha alguma coisa acima de nós, em duas palavras a gente diz: Por causa do Primeiro Mandamento. Nós dependemos de Deus. Deus criou a pessoa humana... Porque simplesmente Deus criou a pessoa humana e ela tem que de novo voltar prá lá”. (Julita Kerkoff)

A fé cristã pregada na missa pelo padre, era reforçada em casa pelos pais ensinando os filhos e na escola pelos professores. Segundo os relatos, o que o padre ensinava, os professores ensinavam também na aula. Portanto, os professores eram também catequistas e se eles que não ensinavam religião, na concepção dos migrantes, não eram professores.

A fé religiosa é também responsável pelo grande número de padres em Saudades. Diversas famílias mandavam seus filhos ao seminário preparar-se para o celibato. Um padre na família poderia representar um status na sociedade, um “exemplo” de família cristã. “O padre era tudo naquela época, era como se fosse uma outra pessoa, como se fosse melhor. Um padre, há anos atrás era o que hoje é um médico ou dentista”. (Julita Kerkoff). As funções de médico e dentista são tidas como mais importantes. Quem ocupa essa posição é considerado alguém importante na sociedade, tal como era o padre há alguns anos atrás.

“A gente aprendeu que o padre era infalível, padre não tem pecados. Mas hoje não é bem assim. O padre é pessoa humana igual a nós. Naquele tempo nós fomos bobeados”. (Julita Kerkoff)

Analisando as falas dos depoentes, percebe-se que atualmente algumas questões como: padre infalível, perfeito, que podia controlar a vida das pessoas, a rigidez com que tratava os fiéis, são percebidas de outra maneira. No depoimento a seguir as queixas em relação a Igreja:

“Aquele vez quando vinha o bispo, tinha que se ajoelhar na frente dele e beijar seu anel. E tu não recebia a comunhão sem estar com a camisa tudo fechada e sem casaco não podia ir. E a mulherada, geralmente tinha um véu ainda na cabeça. Blusa de manga comprida, saia comprida. Se vinha uma mulher com uma blusa um pouco aberta, isso não podia. Era pecado. E não é assim porque Deus não criou a imagem assim. Agora tudo bem a vergonha tem que desaparecer, isso eu concordo. Mas era tudo assim, era tudo pecado. Era uma escravização. Ali é que tava o mal, por isso enfraqueceu a religião”. (João Kerkoff)

Hoje, muitos deles percebem que a forma como era ensinada a religião, como eles mesmo se referem, era uma “escravização”, pois, além de sua função de padre, no início da colonização, ele administrava uma justiça informal, sobretudo disputas familiares ou de vizinhos, controlava a vida social dos colonos, o seu lazer, etc. Dessa forma podia interferir no comportamento das pessoas dentro e fora da Igreja. Assim, se uma pessoa “infringisse” as leis da Igreja, ela poderia sofrer castigos, como por exemplo, ser “chamada a sua atenção no sermão do padre durante a missa”, expondo-a à comunidade como pecadora e outros.

Os padres, por sua vez, ensinavam que igreja católica era a “única religião verdadeira”. Somente os católicos eram verdadeiros cristãos e, portanto, não era permitida a realização de casamentos entre católicos e evangélicos. Uma depoente disse que “deixou de fazer um bom casamento porque o pai dele (do rapaz) era evangélico”. Por influência dos padres que pregavam contra os evangélicos nos sermões da missa, eram raros os enlances matrimoniais ou a escolha de padrinhos de religiões diferentes durante um longo período de tempo.

Portanto, as experiências religiosas em Saudades podem ser vistas, num primeiro momento, como o desejo da continuação da religiosidade herdada por tradição pelos migrantes, da velha colônia, e num, segundo momento, como um certo questionamento ao modelo de Igreja que pertenciam no passado. Crenças como, infalibilidade do padre, começaram a modificar-se com o passar dos anos e novas formas de perceber a religião começaram a surgir e ser incorporadas. Novas maneiras, novas experiências, de questionamento, de não aceitação a tudo o que os padres pregavam, enfim, uma leve mudança de comportamento em relação à religião iniciara. Isso, no entanto, não diminuiu a fé e a crença em Deus, pois afirmam que continuam freqüentando às missas todas as semanas e as rezas os acompanham diariamente em todos os momentos.

Considerações Finais

“A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta as pessoas e as coisas que não têm voz. (Ferreira Gullar, apud. Vieira et. alii, 1989:12).

Essa é a função do historiador: dar voz às memórias outrora esquecidas, é deixar vir à tona histórias de vida de pessoas que vivem longe dos “*lugares da memória*” oficial, é permitir que as vozes silenciadas possam fazer-se ouvidas. Pensando dessa maneira, construímos o presente estudo que tratou da colonização, da memória e das experiências de vida de um grupo de migrantes que estabeleceu-se a partir de 1931 no município de Saudades. Tradicionalmente, este grupo seria visto como o “*precursor do progresso*” ou como o “*desbravador*” das terras do município. No entanto, neste trabalho, não houve pretensão em interpretá-los dessa maneira. Houve a preocupação em buscar nas suas falas, suas histórias de vida, relacionando-as ao contexto da imigração.

Através da história oral, tentamos resgatar a memória desse grupo étnico sobre um período histórico do município que eles construíram, mas que muitas vezes são “*esquecidos*” ou deixados de lado. Hoje, muitos não vivem mais, outros são “*inúteis*” porque, segundo a visão capitalista de sociedade, só tem valor quem produz riquezas para alguns poderem se apossar delas.

Esse trabalho procurou levantar alguns aspectos dos primeiros anos de colonização do município de Saudades. Certamente muitas lacunas existem e muitos aspectos nem foram abordados, pois não houve a pretensão de fazer uma “*história municipal*” em todos os seus sentidos. O que se tentou buscar foi a compreensão de um período histórico sob o ponto de vista de determinados sujeitos. Acreditamos que este estudo, bem como de outros temas, devem continuar, ser aprofundados e ampliados para que possamos fazer uma história para o oeste catarinense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política. Ed. Brasiliense, 1995.
- FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo: Cortez, 1993.
- KREUTZ, Lúcio. O Professor Paroquial: Magistério e Imigração Alemã. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; /Florianópolis/ Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória: A cultura Popular Revistada. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- RENK, Arlene. A. A LUTA DA ERVA: Um Ofício Étnico da Nação Brasileira no Oeste Catarinense. PPGAS, Museu Nacional, UFRJ.
Dissertação de Mestrado, 1990.
- _____. A EXPERIÊNCIA EM THOMPSON. Série Interdisciplinar. Chapecó, UNOESC, 1992.
- _____. "IMIGRAÇÃO E ÊXODO RURAL". Revista Grifos (1) - Chapecó. UNOESC, 1995.
- SEYFERTH, Giralda. IMIGRAÇÃO E CULTURA NO BRASIL. Brasília: UNB, 1990.
- SILVA, Olga Brites. DOCUMENTAÇÃO ORAL E O FAZER DO HISTORIADOR. s.d. mimeo.
- THOMPSON, E. P. A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA (3 Vol.) São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

FONTES ORAIS

ENGLER, Crescência. Saudades, julho/1996/97.

KARLING, Arnildo. Saudades, julho, 1996.

KERKOFF, João. Saudades, julho, 1996.

KERKOFF, Julita. Saudades, julho, 1996.

KRELLING, Arnaldo. Saudades, abril, 1996.

KUHN, Olga. Saudades, agosto, 1996.

MAI, Maria. Saudades, agosto, 1996.

MAYER, José Avelino. Saudades, abril, 1996

MULLER, Brunilda. Saudades, agosto, 1996.

REUTER, Reimundo. Saudades, abril, 1996.

RIFFEL, Nicolau. Saudades, novembro, 1995.

ROOS, Theobaldo. Saudades, julho, 1996.

WAGNER, Orlando. Saudades, abril, 1996.

WEBER, Lucila. Saudades, agosto, 1996.

CADASTRO GRIFOS

A **GRIFOS** quer conhecer melhor você. Por essa razão, gostaríamos muito que preenchesse e nos enviasse o cadastro abaixo. Você estará nos ajudando a atendê-lo com maior eficiência.

Nome: _____
Sexo: _____ Data de Nascimento: __/__/____
Escolaridade: _____ Profissão: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
CEP: _____ Estado: _____
Tel.() _____ Fax:() _____
E-mail: _____
CPF/CGC: _____

Áreas de Interesse:

Didáticos	()	Debates Contemporâneos	()
Literatura	()	Debates sobre Universi-	()
Literatura Infantil	()	dade	()
Livros de iniciação nas diver-	()	Memória e Cidadania	()
sas áreas do conhecimento	()	Divulgação Científica	()

O que você leva mais em conta na hora de adquirir um livro?

Autor () Editora () Capa () Preço () Propaganda () Conteúdo ()

Sugestões: _____

Escreva-nos e receba o catálogo de 1999.

